

Corrupção preocupa ministro da Justiça

26 SET 1995

por Wladimir Gramacho
de Brasília

“Não adianta ficar com a postura de avestruz: a corrupção existe e é preciso combatê-la.” A frase – da secretária de Justiça, Sandra Vale –, resume uma das prioridades que o ministro Nelson Jobim colocou sempre foi muito interessante a traçar para seu ministério. Tráfico de drogas, crimes do colarinho branco e corrupção penitenciária: são todas faces do mesmo problema, que passou a incomodar mais o governo depois da CPI do Orçamento.

Com Itamar Franco e o general Romildo Canhim, o que restou das investigações parlamentares teve alguma seqüência no próprio Executivo. Mas o governo Fernando Henrique Cardoso ainda não havia demonstrado grande preocupação com o assunto.

Um documento que circula há algumas semanas no Ministério da Justiça, porém, pode ter aguçado os sentimentos de Jobim e Cardoso. Trata-se de uma pesquisa sobre a corrupção em diversos países, elaborada pela Transparency International – organização não-governamental da Alemanha.

Em notas de zero a dez, o Brasil recebeu 2,7 e acabou equiparado, em níveis de corrupção, à Índia, às Filipinas, à Venezuela e ao Paquistão. A pesquisa, feita junto a executivos internacionais e jornalistas de finanças, apontou Nova Zelândia, Dinamarca e Cingapura como as nações com menor incidência do problema.

“A ONU tem encarado a corrupção como um crime que transcende as fronteiras, por isso temos que trabalhar de forma transnacional para harmonizar a legislação e viabilizar acordos bilaterais”, disse Sandra Vale. De 4 a 10 de

outubro, ela será a primeira representante brasileira

a participar da Conferência Mundial sobre Medidas Anticorrupção, que terá sua sétima edição sediada em Pequim (China).

Segundo ela, Jobim ganhou maior destaque aqui por diante. Um foco constante de corrupção, por exemplo, é o sistema penitenciário. Aqui, o governo diz que sabe o que fazer, mas não tem como.

“Informatizando o sistema penitenciário, as varas criminais e as delegacias, conseguiríamos reduzir os níveis de corrupção e administrar melhor a execução das penas. Mas os baixos salários e as precárias condições de trabalho dos agentes penitenciários ainda são o maior problema (para acabar com a corrupção)”, avalia a secretária.

APRESSAR OS JULGAMENTOS

Um técnico da ONU, em recente reunião no Brasil, sugeriu a abertura de seguros de vida para os agentes. A proposta, devido à realidade de restrição orçamentária, foi considerada.

No caminho da internacionalização do combate a corruptos e corruptores, o primeiro passo é a validação de provas produzidas em outro país, para efeitos judiciais. “Precisamos de regras que apressem os julgamentos”, pondera Sandra Vale.

Segundo ela, já existe inclusive uma primeira experiência na fronteira com o Uruguai em que uma juíza brasileira utilizou em sua decisão provas produzidas pelas autoridades estrangeiras. “Isso deve deixar de ser uma prática de fato e passar a ser de direito”, ressaltou.